

**A. I. Nº** - 300766.0006/12-3  
**AUTUADO** - MARIA DA SALETE FREIRE FERREIRA  
**AUTUANTE** - LUCIMAR RODRIGUES MOTA  
**ORIGEM** - INFAZ PAULO AFONSO  
**INTERNET** - 18.04.2013

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0062-02/13

**EMENTA:** ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Comprovado tratar-se de valores escriturados no livro de apuração e não recolhido. Fato demonstrado. 2. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Fato reconhecido. Infração subsistente. 3. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. a) BENS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO. b) MATERIAL DE USO E CONSUMO. É devido o ICMS referente a diferença de alíquotas nas aquisições interestaduais de bens destinados ao ativo fixo e ao uso e consumo do estabelecimento. Infrações reconhecidas. 4 DOCUMENTOS FISCAIS. USUÁRIO DE PROCESSAMENTO DE DADOS. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. ENTREGA COM DIVERGÊNCIAS DOS VALORES ESCRITURADOS EM SEUS LIVROS FISCAIS. Descumprimento de obrigação acessória. A legislação estabelece aplicação da multa de 1% sobre o valor das operações realizadas. Infração caracterizada. Não acatado o pedido para redução da multa. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 27/09/2012, exige crédito tributário no valor de R\$28.096,66, em razão das seguintes irregularidades:

- 1.deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros próprios, nos meses de setembro a dezembro de 2007 e maio de 2008, no valor de R\$4.392,94 acrescido da multa de 50%;
2. recolhimento a menos do ICMS em decorrência de desconhecimento entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração no valor de R\$1.386,66 acrescido da multa de 60%, nos meses de janeiro, junho e julho de 2008 e abril de 2009;
3. falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual referente as aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento, nos meses de maio, junho e dezembro de 2007, fevereiro e junho de 2008, no valor de R\$ 15.371,86, acrescido da multa de 60%;
4. falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas interna e interestadual referente as aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, destinadas ao uso e consumo do estabelecimento, no mês de julho de 2008, no valor de R\$230,02 , acrescido da multa de 60%;
5. forneceu informações através de arquivos magnéticos do Sintegra divergentes dos valores escriturados nos seus livros fiscais, nos meses de abril a junho e setembro de 2008, sendo aplicada multa de 5% sobre o valor das divergências, nos termos do inciso XIII-A, alínea “i” da lei 7.014/96, no valor de R\$6.715,18.

O autuado ingressa com defesa tempestivamente, fls.108/111. Diz que expõe, justifica e requer o que segue.

Inicialmente sintetiza as acusações. Afirma que se considerado o período fiscalizado, exercícios de 2007 a 2009, ou seja, três exercícios, o resultado acusado no Auto de Infração demonstra de forma inequívoca, o não recolhimento do ICMS na infração 01 e a multa aplicada na infração 05.

No tocante à infração 01 pede a compreensão da auditora fiscal e dos senhores Conselheiros para refletirem sobre as justificativas que apresenta. Afirma que o documento hábil para obtenção de crédito do ICMS é a respectiva nota fiscal, porém, em setembro de 2007, as entradas de mercadorias tributadas, CFOP 1102, números 848610 e 851164 e as devoluções de Saídas, CFOP 1202, números 244954, 245216, 245532, 245555 e 245564 que anexa, não foram registradas por consequência, também não foram lançadas no livro Registro de Apuração do ICMS o respectivo crédito a que teria direito, livro nº. 04, fls. 90. Sendo assim, gera um saldo credor que irá repercutir nos meses posteriores, como demonstra em planilha, resultando saldo devedor de R\$494,32 referente ao mês de novembro/2007, R\$ 2.017,03 referente ao mês de dezembro/2007 e R\$ 31,18 referente ao mês de maio/2008.

Dessa forma, a autuada confessa parcialmente o débito da infração 01 no valor de R\$ 2.542,53. Diz reconhecer totalmente as infrações 02, 03 e 04.

Quanto à infração 05, sobre a multa aplicada, conforme artigo 42, inciso XIII, alínea “i” da Lei 7.014/96, alterada pela Lei 10.847/07, diz impugnar esta infração por não ter agido com dolo, fraude ou simulação, uma vez que nos livros verificados pela auditora consta os valores de sua movimentação comercial, assim como, a DMA entregue demonstram os citados valores.

Ressalva que os arquivos magnéticos Sintegra gerados pelo sistema operacional da empresa (SISGATO), e respectivamente a DMA dos referidos meses abril/2008 a junho/2008 e setembro/2008, refletem a integridade e veracidade das informações prestadas a SEFAZ e impugna esta infração com base na legislação.

Observa que a legislação tributária da Bahia traz em seu bojo, a sensibilidade dos legisladores, nos termos do art.158 do RPAF/99 que dispõe sobre a competência do órgão julgador para reduzir ou cancelar multas por descumprimento de obrigações acessórias.

Requer seja o auto de infração julgado parcialmente procedente.

A autuante produz a informação fiscal, fls.124/127. Sintetiza os termos da autuação e os argumentos defensivos.

Diz que no tocante à infração 01, a Autuada alega que a falta de recolhimento nos meses de setembro a dezembro de 2007 e em maio de 2008 deveu-se ao fato de a empresa não ter registrado em seus livros fiscais o crédito do ICMS referentes a algumas notas fiscais de mercadorias tributadas, conforme declarado na sua defesa à fl. 109. E por conta disso, sugere a retificação de sua escrita fiscal, sem, contudo ter protocolado pedido junto à sua repartição fiscal. Como relata o contribuinte, o documento hábil para a obtenção do crédito fiscal é a nota fiscal, entretanto, ela deve estar devidamente escriturada nos livros fiscais da empresa.

Observa que o art. 101 do RICMS/BA, decreto Nº 6.284/97, vigente na época do período fiscalizado, exigia que, para se fazer a escrituração extemporânea do crédito fiscal de exercício já encerrado, além da comunicação por escrito à repartição fiscal a que o contribuinte está vinculado, ainda deveria observar o prazo de 5 (cinco) anos da ocorrência do fato gerador, que as mercadorias tenham sido objeto de tributação ou permaneçam em estoque inventariado, devendo registrar o crédito diretamente no livro RAICMS no quadro “Crédito do imposto – Outros Créditos”. Transcreve o artigo mencionado.

Afirma que a infração 01 foi demonstrada às fls. 15 a 20 do PAF, sendo que de setembro a dezembro de 2007, o valor cobrado foi exatamente aquele apurado pelo próprio contribuinte, conforme escriturado no seu livro RAICMS Nº 04, cópias anexas às fls. 50 a 89 do PAF. Demonstra

didaticamente como foi apurado o valor devido e elabora planilha para demonstrar o valor do ICMS exigido nesta infração.

Afirma que está evidenciado no PAF, conforme cópias extraídas dos livros Registro de Apuração do ICMS do próprio Contribuinte, às fls. 50 a 103, bem como, os cálculos demonstrados nos papéis de trabalho às fls. 15/20.

Quanto à infração 05, informa que a Autuada forneceu informações através de arquivos magnéticos do Sintegra, requerida mediante intimação (fls. 08/ 14 do PAF), com dados divergentes dos valores escriturados nos seus livros fiscais, nos meses de abril a junho e setembro de 2008, conforme demonstrativos anexos ao PAF à fl. 24, sendo aplicada a multa especificada no Art. 42, inciso XIII-A, alínea “i”, da Lei nº 7.014/96. Diz que a multa aplicada por divergência entre os livros Fiscais e Arquivos do Sintegra foi de 5% (cinco por cento) do valor das entradas e saídas de mercadorias, informadas com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais, e a referida multa não foi superior a 1% (um por cento) do valor das saídas realizadas em cada período, calculando-se a multa sobre o valor das divergências.

Quanto ao argumento defensivo de que a infração foi praticada sem dolo, fraude ou simulação e que não implicou falta de recolhimento do imposto registra que não pode ter a certeza, pois por causa das divergências nos arquivos magnéticos alguns roteiros de fiscalização deixaram de ser executados, a exemplo do roteiro de estoques, pois como os dados dos arquivos não transmitiam inteira confiabilidade, a fiscalização ficou em parte prejudicada.

Opina pela procedência integral do auto de infração.

#### **VOTO**

No presente lançamento está sendo exigido ICMS em decorrência de 05 (cinco) infrações. De início aponto que na defesa o sujeito passivo insurge-se apenas quanto as infrações 01 e 05, reconhecendo o cometimento das infrações 02, 03 e 04, que ficam mantidas, considerando que sobre as mesmas não existe lide.

No mérito, a infração 01 cuida da falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros próprios. O autuado reconhece o cometimento da infração, no entanto requer que seja considerado os créditos fiscais referentes às notas fiscais de entradas de mercadorias conforme relaciona fls.112/118, que deixaram de ser escrituradas tempestivamente nos livros fiscais próprios.

Observo que o contribuinte tem direito ao crédito corretamente destacado nas notas fiscais de entradas de mercadorias em seu estabelecimento. Entretanto, esta providencia não pode ser tomada nesta fase do processo. O autuado poderá adotar tal procedimento em conformidade com a regra do art.101 do RICMS/BA., enquanto não decair seu direito de fazê-lo. Concluo que a infração 01 está devidamente caracterizada.

A infração 05 refere-se ao fornecimento de informações através de arquivos magnéticos do Sintegra, divergentes dos valores escriturados nos livros fiscais.

Compulsando os autos, constato que o impugnante não contesta os cálculos realizados pelo auditor fiscal, e inclusive reconhece ter encaminhado os arquivos do Sintegra com divergências. Apela, em sua defesa, pela redução ou cancelamento da multa aplicada sob o argumento de que a acusação fiscal não comprovou o cometimento da infração com dolo, fraude ou simulação.

Da análise dos elementos que compõem o PAF, vejo que a autuante ao constatar divergências entre os arquivos magnéticos encaminhados à SEFAZ e as operações registradas nos livros fiscais do autuado, o intimou para que procedesse às devidas correções concedendo-lhe o prazo regulamentar de 30 dias. Observo que restou demonstrado nos autos que decorrido o prazo concedido, o contribuinte deixou de entregar arquivo eletrônico contendo a totalidade das operações de entradas e de saída, não atendendo dessa forma a mencionada intimação.

Portanto, o motivo determinante para a aplicação da multa foi o descumprimento de obrigação acessória relativa ao fato de que o contribuinte forneceu arquivos em meio magnético com as inconsistências constantes nos papéis de trabalho às fls.09/14. Consta às fls. 07/08 a intimação que foi expedida, devidamente assinada pelo preposto do autuado, solicitando a correção das inconsistências verificadas nos arquivos magnéticos, com a concessão do prazo de 30 (trinta) dias.

Sobre esta autuação e de acordo com a legislação do ICMS, a qual recepcionou as disposições contidas no Convênio ICMS 57/95 e suas alterações posteriores, o contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados é obrigado a apresentar, quando solicitado, a documentação minuciosa, completa e atualizada do sistema, contendo descrição, gabarito de registro (*layout*) dos arquivos, listagem dos programas e as alterações ocorridas no exercício de apuração, relativamente à totalidade das operações de entradas e de saídas de mercadorias ou das prestações realizadas (art. 685, combinado com os art. 708-A e 708-B, do RICMS/97).

Logo, a autuação obedeceu ao devido processo legal, pois, está precedida da citada intimação ao contribuinte, solicitando e especificando a falta das informações e inconsistências, sendo-lhe entregue e esclarecidas as omissões e inconsistências constatadas, e concedido o prazo de 30 dias úteis, para corrigir a irregularidade apontada e isso não ocorreu.

Não acolho o pedido para redução ou cancelamento da multa aplicada sob a alegação de que a infração foi cometida sem a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, visto que o autuado não logrou comprovar esta justificativa nos autos, e nem mesmo até a presente data tomou a iniciativa de regularizar as divergências apontadas em seus arquivos magnéticos.

Ademais, não se pode olvidar que a inobservância dessa importante obrigação acessória acarreta prejuízos operacionais ao fisco, pois a indisponibilidade das informações contidas nos arquivos magnéticos dificulta e, em alguns casos, impede a aferição da regularidade fiscal do estabelecimento fiscalizado. Infração mantida.

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **300766.0006/12-3**, lavrado contra **MARIA DA SALETE FREIRE FERREIRA** devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$21.381,48** acrescido de multa de 50%, sobre R\$4.392,94 prevista no inciso I, alínea “a”, 60% sobre R\$16.988,54 previstas no inciso II, alíneas “b” e “f” do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$6.715,18** prevista no inciso XII-A, alínea “i” da Lei 7014/96, alterada pela Lei 10.847/07 e dos acréscimos moratórios de acordo com a Lei nº 9837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de abril de 2013.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS –RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR